

INJUSTIÇA TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO E A EXPERIÊNCIA DA REDE INTERSETORIAL DO CAJU

André Almeida de Abreu¹

Rede Municipal de Educação de Maricá,
Maricá, RJ, Brasil

Enviado em 25 mar. 2021 | Aceito em 26 jun. 2021

Resumo: O presente artigo resulta do esforço em busca da produção de um estudo sobre a justiça territorial munido de ancoragem empírica, utilizando-se da pesquisa de tipo qualitativo. O intuito da análise é compreender o papel da Rede Intersetorial do Caju na busca por justiça territorial no bairro situado na zona portuária do Rio de Janeiro, marcado por uma estrutura territorial injusta. Utilizando-se do estudo das redes políticas territoriais, busca-se compreender a articulação entre os atores envolvidos e da rede política territorial em questão com o poder público municipal. O estudo inclui também uma análise sobre o papel de reforço das injustiças territoriais que a estigmatização dos territórios periféricos produz, com efeito nocivo sobre a atuação do poder público no bairro do Caju. Identificamos que o desafio é desenvolver, no Caju, processos de governança territorial local que tenham como premissa a participação comunitária, a confiança e o controle democrático e que seu horizonte seja o da justiça territorial.

Palavras-chave: justiça territorial; redes políticas; Rio de Janeiro.

TERRITORIAL INJUSTICE IN RIO DE JANEIRO AND THE EXPERIENCE OF THE CAJU INTERSECTORIAL NETWORK

Abstract: This article is the result of an effort to produce a study on territorial justice with an empirical anchor, using qualitative research. The purpose of the analysis is to understand the role of the Caju Intersectorial Network in the search for territorial justice in the neighborhood located in the port area of Rio de Janeiro, marked by an unjust territorial structure. Mobilizing the study of territorial political networks, it seeks to understand the articulation between the actors involved and the political network in question with the municipal public power. The study also includes an analysis of the role of reinforcing territorial injustices that the stigmatization of peripheral territories produces, with a harmful effect on the performance of public authorities in the neighborhood of Caju. We identified that the challenge is to develop, in Caju, local territorial governance processes that have as a premise community participation, trust and democratic control and that their horizon is that of territorial justice.

Keywords: territorial justice; political networks; Rio de Janeiro.

LA INJUSTICIA TERRITORIAL EN RIO DE JANEIRO Y LA EXPERIENCIA DE LA RED INTERSECTORIAL CAJU

Resumen: Este artículo es el resultado del esfuerzo por realizar un estudio sobre justicia territorial con base empírica, utilizando investigación cualitativa. El propósito del análisis es comprender el papel de la Red Intersetorial del Anacardo en la búsqueda de la justicia territorial en el barrio ubicado en la zona portuaria de Río de Janeiro, marcado por una estructura territorial injusta. A partir del estudio de las redes de políticas territoriales, buscamos comprender la articulación entre los actores involucrados y la red de políticas territoriales en cuestión con el poder público municipal. El estudio también incluye un análisis del papel de reforzar las injusticias territoriales que produce la estigmatización de los territorios periféricos, con un efecto nocivo sobre el desempeño de las autoridades públicas en el barrio de Caju. Identificamos que el desafío es desarrollar, en Caju, procesos de gobernanza territorial local que tengan como premisa la participación comunitaria, la confianza y el control democrático, y que su horizonte sea el de la justicia territorial.

Palabras Clave: justicia territorial, redes políticas, Río de Janeiro.

1. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, professor de Geografia da rede municipal de educação de Maricá-RJ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3847-0791>; andrealmeidaabreu@gmail.com.

Introdução

Este artigo visa à publicação dos resultados de uma pesquisa que se deu ao longo de mais de dois anos, a qual consistiu em identificar as condições a partir das quais seria possível apontar o bairro do Caju como um território marcado pela injustiça territorial. Ao mesmo tempo, tal pesquisa teve como objeto a experiência da rede intersetorial do Caju e de seu papel na busca pela superação da ordem territorial injusta verificada no bairro desde que o mesmo deixou de ser residência da elite da cidade do Rio de Janeiro, ainda no fim do século XIX

A Rede Intersetorial é uma importante rede política do bairro do Caju que integra diversos atores (ONGs, centros de assistência social, unidades de saúde, empresas e associações de moradores) para fortalecer a promoção de ações e políticas sociais no Caju e buscar a garantia de acesso a serviços básicos e a direitos fundamentais.

Para compreender o papel da Rede no bairro do Caju, o presente artigo mobiliza conceitos como justiça territorial, redes políticas territoriais e estigma territorial, formando o fio condutor: conceitual do trabalho. Tal aporte teórico está amparado em estudos urbanos, de Geografia Política, da Geografia Econômica e da geo-história.

Esta pesquisa se debruça sobre os processos organizativos a partir dos quais a Rede mobiliza os demais atores do Caju para qualificar as ações e políticas implementadas no bairro, buscando a garantia de direitos. A pretensão teórica é entender como a conformação de redes políticas territoriais que identificamos na experiência vivenciada no Caju pode contribuir para a busca por justiça territorial em um território marcado pela invisibilidade, estigmatização, em suma, pela ausência de reconhecimento e justiça distributiva. A dúvida fundamental a que pretendemos responder recai sobre o papel da Rede na busca por justiça territorial no bairro do Caju.

Para tratar dos questionamentos levantados durante a pesquisa, recorreremos ao método qualitativo. Nossa pesquisa de campo se apoiou no acompanhamento das reuniões mensais da Rede Intersetorial, atividades semestrais ou anuais (mutirões e fóruns, entre outros) e incursões pelas favelas do bairro.

A pesquisa de tipo qualitativo se amparou tanto em diálogos formais como informais com membros da Rede Intersetorial, lideranças comunitárias e com outros moradores do Caju durante as atividades da entidade, as quais acompanhei no período entre junho de 2018 e dezembro de 2019. Em agosto de 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças atuais da Rede, com um agente da Rio + Social (UPP Social) e com Dona Iraydes, liderança comunitária e moradora antiga da favela Quinta do Caju. As entrevistas com as lideranças da Rede tinham como objetivo identificar a natureza da relação da Rede com outros atores do bairro, com ênfase no poder público municipal e as associações de moradores. A entrevista com o agente da Rio+Social teve por objetivo compreender a natureza da relação estabelecida entre os implementadores do programa UPP Social e os integrantes da Rede. A entrevista com Dona Iraydes teve o intuito de identificar as trajetórias dos movimentos da sociedade civil no bairro do Caju e sua relação com outros atores e agentes presentes no bairro. Por segurança, alguns entrevistados preferiram conceder nomes fictícios, enquanto outros se sentiram seguros para revelar seus nomes reais.

Partindo da pesquisa qualitativa, procuramos coletar, sistematizar e analisar informações a partir de fontes primárias – sem deixar de utilizar outros tipos de fonte em nosso trabalho – para aproveitar as experiências empíricas relatadas e vivenciadas neste trabalho. A ideia, conforme já

dissemos, é estabelecer, a partir da pesquisa qualitativa (amparada nas entrevistas realizadas), uma base empírica para a discussão sobre as redes políticas territoriais e a noção de justiça territorial. Esperamos, com isso, ter contribuído empiricamente para a discussão acerca da justiça territorial e das redes políticas, sem, é claro, esgotar tal debate.

Decidimos estruturar o artigo de tal forma que, em um primeiro momento, faz-se uma discussão acerca das redes políticas territoriais e seu papel na qualificação de políticas públicas. No segundo momento do artigo, busca-se analisar o papel da Rede Intersetorial no Caju na busca por um território mais justo no bairro. No terceiro momento, identifica-se os atores da Rede no Caju e como se dá a relação entre os mesmos, inseridos no contexto de uma rede política superior. Por fim, o artigo se encerra com uma discussão propositiva sobre o potencial da governança territorial e de que forma essa modalidade organizativa pode contribuir para as políticas públicas implementadas no bairro.

A Rede Intersetorial e a discussão sobre as redes políticas

A noção de redes e de sua importância nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas é antiga. Sabe-se que as redes podem ser movidas pelo entrecruzamento de fluxos de informações, pessoas, mercadorias, energia, entre outros, conectando atores, agentes, sujeitos, entidades ou estruturas. As redes políticas, por sua vez, envolvem a troca de recursos de poder (PAULILLO, 2000, p.32). Interessamos pensar as redes políticas a partir da conexão entre os atores que as integram. Quando esses atores estão inseridos em uma dinâmica territorial ou em uma estratégia de pertinência territorial, estamos lidando com redes políticas territoriais.

Segundo Lima (2005, p.126), quando adjetivamos uma rede com o termo “territorial”, vinculamos essa rede às relações de poder que constituem o território. Assim, a rede política territorial “é um tipo de rede em que o território é um de seus elementos discricionários. Em outras palavras, esse tipo de rede se forma com referência explícita a um ou a vários territórios” (LIMA, 2005, p.126).

Quando falamos em redes políticas territoriais, é preciso definir o conceito de território ao qual nos referimos. Em conformidade com Souza (1995), partimos da noção de território enquadrada na ideia de um espaço delimitado por e partir de relações de poder, pondo em destaque o seu sentido político.

Sendo assim, concordamos com Ivaldo Lima quando assinala que a

rede política territorial é uma estratégia de coordenação de fluxos de comandos de decisões, capaz de formar uma arena política e de lhe conferir visibilidade, requalificando o território. Esse tipo de rede se forma a partir da dinâmica territorial, retroagindo com esta última. (LIMA, 2005, p. 128)

Silva (2011, p. 24), por sua vez, destaca que a rede política territorial é uma trama de relacionamentos interdependentes que conecta um conjunto de atores que compartilham interesses e trocam recursos, buscando atingir objetivos comuns. Portanto, essas redes políticas seriam constituídas “por um fluxo significativo de recursos políticos ativados por uma pertinência territorial” (SILVA, 2011. p. 24).

Em geral, as redes políticas estão sempre “vindo a ser”, ou seja, uma rede política está sempre se transformando. Sua dinâmica, amparada na conexão e troca de recursos de poder entre os seus atores, está em constante mutação.

De forma geral, à nossa investigação interessa que as redes políticas territoriais são estratégias marcadas pela conexão entre atores para a troca de recursos de poder em busca de atingir objetivos comuns, sendo o território um elemento-chave para a dinâmica desse tipo de rede.

A dinâmica da Rede Intersetorial no bairro do Caju será melhor esclarecida mais à frente neste artigo – quando abordamos os atores que integram a iniciativa e as relações entre os mesmos – mas é necessário sublinhar que identificamos em tal experiência organizativa os traços das redes políticas territoriais. Os atores da Rede se conectam e trocam recursos de poder para dar visibilidade às demandas e necessidades do Caju, e utilizam tal conexão de recursos para viabilizar políticas e ações comunitárias com o objetivo de reduzir a situação de vulnerabilidade dos residentes do bairro.

O papel das redes políticas territoriais na consolidação de políticas públicas é reconhecido na literatura de geografia política. Paulillo apud Lima (2005, p.129), admite que as redes políticas são o locus no qual podem ser elaboradas e administradas as políticas públicas, porque daí se gesta o processo de interação estratégica determinado pelas características dos atores.

A Rede, por meio de seus atores, exerce um importante papel no auxílio a algumas políticas no bairro do Caju. Isto se deve à sua dinâmica territorial, tendo em vista que o arranjo integra atores de diversas áreas do território do Caju, como as associações de moradores das diversas favelas do bairro, além das ONGs espalhadas por várias partes do Caju. Essa integração entre atores de diversas partes do território possibilita o compartilhamento de informações e outros recursos de poder necessários para conectar demandas a serviços, conforme os próprios membros da Rede indicam ser um dos principais objetivos.

Entretanto, tal iniciativa não parece configurar uma rede de política pública em si, pois sua formação e seu modo de funcionamento possuem considerável independência em relação às políticas públicas implementadas no bairro. As redes de política pública (policy networks) possuem, a nosso ver, um nítido nexu vincutivo com o poder público no sentido de promover a integração para viabilizar tanto a formulação como a execução de políticas públicas de forma descentralizada, sendo marcadas por seu caráter pluricêntrico. Schneider expõe com qualidade essas características das redes de políticas públicas:

Redes de políticas públicas são novas formas de governança política que refletem uma relação modificada entre Estado e sociedade [...] Redes de políticas públicas são mecanismos de mobilização de recursos políticos em situações em que a capacidade de tomada de decisão, de formulação e implementação de programas, amplamente distribuída ou dispersa entre atores públicos e privados (KENIS E SCHNEIDER, 1991, p. 41 apud SCHNEIDER, 2005, p. 40)

A Rede Intersetorial do Caju, por sua vez, desenvolve uma dinâmica própria que independe da aplicação de tais políticas – embora a ativação dessa rede política territorial forneça recursos capazes de contribuir para a implementação de políticas públicas no bairro.

As redes de políticas públicas revelam processos de governança, a partir dos quais se moldam políticas que, apesar de descentralizadas, têm o poder público como um eixo elementar. Não enxergamos na experiência da Rede no Caju tal arranjo institucional, tendo-se em vista que tal articulação não é uma iniciativa do poder executivo municipal ou de qualquer outra esfera pública – e esse é um problema central na relação entre o referido arranjo e o poder público. A Rede é produto da articulação, pela base, entre lideranças comunitárias e assistentes sociais, buscando ampliar a visibilidade do bairro e cobrar dos órgãos públicos a resolução de problemas, visando à garantia do acesso a direitos fundamentais.

A Rede Intersetorial na busca por justiça territorial

Conforme expõe Lévy (2003), a ideia de relacionar as noções de justiça e espaço é recente. De um lado, o espaço fornece condições para definir o que é justo e, de outro, as ações sobre o espaço viabilizam uma aproximação a um agenciamento justo.

De fato, as formulações acerca das geografias do justo e do injusto (Lévy, 2003) são recentes. Conforme aponta Lima (2015), apoiado em Harvey (1980), tudo indica que foi Bledwyn Davies o primeiro a utilizar a expressão justiça territorial em seu trabalho de 1968 intitulado *Social Needs and Resources in Local Services*.

Pode-se dizer que as manifestações de maio de 1968 na França, a ascensão do movimento negro estadunidense e o boicote civil à Guerra do Vietnã constituíram eventos importantes para a emergência do debate acerca da justiça social no âmbito da filosofia política e da busca de uma sociedade ética, em que o problema do outro seja tratado com relevância pública, a fim de resolver as injustiças existentes.

Naquele contexto é que John Rawls publica seu livro “Uma Teoria da Justiça” em 1971, resgatando a ético-política desde Aristóteles até Immanuel Kant. Rawls defendia uma posição contratualista, apoiada na ideia universal de justiça – que Soja (2010) aponta, corretamente, como uma teoria demasiado abstrata, a-histórica e a-espacial. Rawls acreditava que, com um acordo social e a criação de instituições justas capazes de promover a regulação necessária, seria possível pensar em uma distribuição equânime de oportunidades e recursos, o que viabilizaria uma sociedade justa.

Conforme apontam Rivas (2012) e Soja (2010), a posição liberal de Rawls foi criticada tanto por teóricos à direita como à esquerda. Resumidamente, os conservadores contestaram a capacidade de se promover a conciliação entre liberdade e justiça social sem ferir as liberdades individuais, enquanto os pensadores de esquerda criticaram a priorização de uma ideia abstrata de liberdade que gera, na prática, obstáculos ao surgimento de políticas de resolução dos problemas de injustiça.

Amartya Sen criticou não apenas a ideia de “posição original” de Rawls, mas apontou as limitações que a ideia de uma “justiça mundial” traz para a aplicação de políticas justas, principalmente considerando as diferentes concepções de justiça que a experiência humana – multicultural e diversa por natureza – produziu.

É interessante notar a recente apropriação que a Geografia Crítica tem feito do conceito de justiça territorial. Originalmente um conceito liberal – desde, pelo menos, a formulação de Rawls acerca da justiça social – muitos autores marxistas o rejeitaram de início, principalmente pela identificação que faziam do capitalismo como um sistema inerentemente produtor de injustiças, as quais serão superadas apenas quando o sistema que as produz for ultrapassado. Entretanto, alguns trabalhos realizados pela geografia, tais como Soja (1996), Soja (2010) e Dikeç (2013) passaram a focar na análise dos processos e mecanismos que geram as injustiças, produzindo teorias críticas da justiça territorial. A posição que aqui defendemos vai ao encontro dessa última visão. Por isso defendemos que há, no Caju, um caso singular de confluência de injustiças de natureza territorial, as quais a Rede Intersetorial busca superar ou, ao menos, mitigar.

Embora possua antecedentes, a Rede Intersetorial surgiu em 2009 com o nome de Rede Socioassistencial. A iniciativa de fundar tal articulação partiu de algumas lideranças comunitárias e

de agentes de políticas públicas contínuas das áreas de saúde e serviço social, com o apoio e parceria de Organizações Não-governamentais (ONGs). O nome “socioassistencial” permaneceu até 2016 – quando houve a mudança – e se devia ao fato de que a instituição conecta organizações que prestam assistência no bairro do Caju. O nome atual tem por objetivo ressaltar que há uma multiplicidade de atores de diversos setores que têm o objetivo de qualificar a prestação de assistência no bairro do Caju².

Tal iniciativa foi criada para fortalecer os laços entre as instituições aplicadoras de políticas públicas e organizações promotoras de ações sociais no bairro do Caju, e também para mobilizar os atores locais. O objetivo era criar uma articulação colaborativa para possibilitar que tais atores cooperassem entre si para potencializar suas ações no Caju e dar visibilidade aos problemas do bairro, tais como a poluição do ar, a violência, a ausência de moradia digna para uma parcela expressiva da população, as dificuldades de mobilidade devido ao isolamento do bairro e a negação do reconhecimento do direito à cultura aos seus moradores por parte dos poderes estadual e municipal. O objetivo do arranjo estabelecido, como veremos, é conectar demandas a serviços, atendendo, principalmente, à população das nove favelas mapeadas no bairro do Caju (figura a seguir)

Figura 1 – Principais vias que cortam o bairro do Caju e suas favelas. Adaptado do relatório Panorama dos Territórios



2. O referido histórico dos nomes, instituições integrantes e estratégias está presente nas cartas enviadas aos órgãos públicos, atas de reuniões, tabelas e diagnósticos produzidos pela própria Rede e armazenados em seus arquivos.

Atualmente, os atores mais participativos na Rede, além dos dirigentes, são o posto de saúde (F.A. Braga Lopes), o Programa Saúde da Família (PSF), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Instituto de Doenças do Tórax (IDT/UFRJ), o Projeto Renascer (ONG que promove projetos de educação artística), Instituto Renovando Atitudes (curso de pré-vestibular comunitário e cursos artísticos), a entidade filantrópica Projeto Arte Salva Vidas e uma representação da Petrobrás, além de representantes de algumas igrejas evangélicas do bairro que passaram a se inserir mais recentemente.

De fato, a Rede exerce um duplo papel: de um lado, promove, junto aos atores parceiros, um auxílio a algumas políticas públicas de incidência local, ações sociais e seus respectivos usuários e, de outro, desenvolve ações estritamente políticas, tais como o abaixo-assinado pela reabertura da Casa de Banho Dom João VI e as cobranças direcionadas ao poder público para reduzir ou solucionar problemas ambientais, infraestruturais, de transporte e outros serviços que são entregues de forma precária aos habitantes do Caju ou que lhes são negados pelos órgãos públicos.

Em resumo, essa integração entre atores é uma forma de rede política territorial e local que integra instituições públicas e privadas de natureza diversa e que muitas vezes fica à margem da implementação de políticas pela esfera executiva do poder público municipal, com o qual possui um canal de diálogo aberto – basicamente através da superintendência do centro – mas pouco eficiente.

A multiescalaridade dos atores também incide sobre os diferentes níveis de acesso a recursos de poder. Atores supralocais – como o IDT-UFRJ, a Petrobras e a própria FGL – possuem vantagens relacionadas ao contato com instituições e recursos externos. A conexão entre os atores da Rede tem o intuito adicional de permitir o acesso a essas vantagens da qual usufruem os atores supralocais, beneficiando o conjunto da rede política territorial e permitindo a efetivação de atividades comunitárias e a consolidação de políticas. Um exemplo desse efeito benéfico de tal iniciativa é a própria organização de atividades esportivas e educacionais na sede da FGL, a qual se dá mediante a parceria entre a FGL e diversas outras ONGs da Rede.

Retomando o papel do poder público municipal, este reconhece a legitimidade da Rede Intersetorial, sugerindo àqueles que promovem intervenções no bairro que procurem a Rede para estabelecer um nível – ainda frágil – de diálogo.

Associações de moradores das favelas do Caju têm uma participação tímida, limitam-se a enviar apenas um representante às reuniões da Rede. Algumas associações comparecem a um número bastante reduzido de atividades organizadas pela Rede. Outras, no entanto, têm capacidade de divulgação de eventos mais centrais e de mobilização dos moradores de suas respectivas favelas. As favelas mais antigas – como a Quinta do Caju, a Nossa Senhora da Penha e o Parque São Sebastião – parecem ter maior potencial para realizar essas tarefas.

Membros da Rede apontam como principal fator para a baixa frequência de algumas associações nas reuniões a atuação do assim chamado poder paralelo – o qual se manifesta por meio de grupos armados – e sua insatisfação com o diálogo permanente que tal arranjo mantém com órgãos públicos, inclusive com agentes da segurança pública. Por outro lado, identificamos certa desconfiança dos líderes de algumas associações em relação à Rede devido à presença frequente de agentes públicos nas reuniões da entidade. A assistente social Dandara relatou as dificuldades com as associações ao ser perguntada, em entrevista, sobre a relação entre a Rede e as associações de moradores.

Eu e o CRAS temos relação excelente com as associações. A gente organiza atividades. Mas quando entra a Rede, outras forças se envolvem. Aí a gente tem problema. Eu já liguei para associação e disseram: “Não é pessoal contigo, mas a gente não pode participar”. Então, o

poder é das comunidades com a Rede, em função do poder maior que existe nas comunidades.³

Esse problema, relatado também por outros agentes públicos e lideranças do bairro, apresenta um desafio. Como desenvolver formas de organização local, cooperativa, horizontal e participativa em territórios marcados por conflitos armados e pelo domínio de facções criminosas – milicianos, traficantes, bicheiros – e representados como áreas onde residem bandidos, marginais, em suma, territórios entendidos como desprovidos de “civildade”?

Voltamos ao problema da estigmatização e da negação do reconhecimento, mas nos deparamos também com a opressão a que os moradores das favelas do Caju e de outras áreas periféricas são submetidos pelo próprio poder paralelo. Estamos diante de duas das cinco faces da opressão categorizadas por Young (2009, p.57) – a saber: a exploração, a marginalização, a carência de poder ou dominação, o imperialismo cultural e a violência.

Embora seja possível identificar diversas faces da opressão incidindo no território do Caju – contribuindo para a compreensão do Caju como uma espacialidade injusta – o problema aqui em questão diz respeito à carência de poder e à violência. No caso do Caju, essas duas faces da opressão estão se retroalimentando mutuamente. A carência de poder permite a territorialização de grupos de criminosos e, da mesma forma, a violência imposta por esses grupos aos moradores se apresenta como um relevante obstáculo ao empoderamento daqueles que residem nesses territórios.

Do ponto de vista da justiça territorial, a problematização é outra: se, como afirma Harvey (1980), é possível chegar a territórios justos apenas por meios justos, como vislumbrar um futuro justo se as redes políticas estão inseridas em condições opressivas que reforçam a injustiça territorial? É uma questão contraditória: É preciso superar as relações de opressão para garantir procedimentos justos em busca da justiça social e, ao mesmo tempo, apenas com procedimentos justos – marcados, em nossa opinião, por formas horizontais de organização – podemos garantir a superação da opressão, alcançando a justiça territorial.

A questão levantada parece-nos uma dimensão daquilo que Dikeç (2013) denomina dialética das espacialidades injustas, consistindo na ideia de que a injustiça se manifesta no espaço e produz espacialidades injustas que, por sua vez, aprofundam a condição de injustiça territorial. Um caminho para a superação desse círculo vicioso pode ser o estabelecimento de relações de cooperação entre o poder público e as formas organizativas locais.

Outras duas faces da opressão apresentadas por Young (2009, p.57) são evidenciadas no Caju. As condições de exploração e marginalização a que estão submetidos os moradores do Caju dificultam a formação de lideranças atuantes. Isto é, as exaustivas horas de trabalho e o fato de que muitos perdem tempo de trabalho – e, conseqüentemente, rendimento – quando estão presentes nas atividades da Rede provocam uma reduzida e esporádica participação da comunidade cajuína nas reuniões e demais processos em que esta se insere, evidenciando o grau de dificuldade que a própria exploração impõe aos trabalhadores que querem se organizar politicamente.

Por sua vez, aqueles que vivem em condição de pobreza extrema, os que não possuem moradia, trabalho e renda – os marginalizados a que se refere Young (2009, p.57) – simplesmente não participam das reuniões e atividades políticas da Rede no Caju.

A ideia das cinco faces da opressão, propostas por Young (2009, p.57), lançam uma luz sobre o que entendemos por injustiça territorial. Pensando a injustiça por meio de seu contrário,

3. Entrevista concedida na sede do Centro de Referência e Assistência Social XV de Maio em 6 de agosto de 2019.

entendemos que territórios justos são aqueles que estão munidos de relações de poder livres de opressão. Nesse sentido, a faces da opressão que identificamos no Caju – carência de poder e violência – representam, respectivamente, a opressão enquanto dominação política, apagamento (invisibilidade) e violação corpórea.

Outro problema observado consiste na relação do poder público com o território do Caju – principalmente com suas favelas – e diz respeito ao estigma territorial abordado por Wacquant (2006). Na verdade, argumentamos que a estigmatização atua através da representação negativa das favelas e periferias – difundida pela imprensa, pelo Estado e pela sociedade civil – e da invisibilidade a que estão submetidos, simultaneamente, esses territórios⁴.

Ao longo deste trabalho, não foram poucos os relatos de moradores, lideranças e agentes acerca das representações perversas imputadas ao bairro do Caju devido aos cemitérios, à poluição ambiental e à existência de favelas no bairro. Essa representação negativa reforça a própria invisibilidade que, por sua vez, é reforçada pelo já mencionado isolamento físico do bairro, como lembrou Dona Iraydes quando respondeu sobre a influência dos cemitérios e da Avenida Brasil para o território do Caju:

Olha, ficamos invisíveis. As pessoas pensam que aqui só existe morte, velório. Se esquecem que aqui também tem vida. [...] A Avenida Brasil nos isolou de São Cristóvão. Antes tinha bondes que iam até lá. Isso acabou. Estamos isolados.⁵

Esse processo de estigmatização e invisibilização do bairro do Caju é constantemente denunciado nas reuniões e nos documentos da Rede enviados ao poder público para cobrar soluções para os problemas do bairro. Os integrantes da Rede expõem com frequência que um dos principais objetivos é dar visibilidade ao Caju e às demandas de seus moradores. Para isso, adotam a estratégia de estabelecer diálogo com o poder público, particularmente com a prefeitura, que envia representante da Superintendência do Centro (AP1/1ªRA) às reuniões mensais da organização.

Conforme assinalado, a representação negativa e a invisibilidade influem conjuntamente. Os territórios periféricos – principalmente as favelas – são vistos como áreas infestadas de bandidos, vagabundos, irresponsáveis, enfim, “cidadãos de segunda classe” desprovidos de civilidade ou potencial. Esse processo de estigmatização põe os sujeitos periféricos em posição de inferioridade e seus territórios são encarados como menos importantes em relação ao restante da cidade, o que contribui para sua exclusão com relação ao acesso a serviços públicos de qualidade.

Diante desse quadro, qual é o potencial da Rede Intersetorial na busca por justiça territorial no bairro do Caju? Parece-nos, de forma clara, que a Rede luta pela garantia dos direitos (sociais, políticos e civis) aos residentes do Caju e que seu desejo parece ser o de uma cidade justa, fica evidente sua busca por justiça territorial. Sua contribuição, entretanto, não se restringe ao canal de diálogo com o poder público ou à rede política articulada entre os agentes que comandam ações sociais no bairro. A Rede possui um papel pedagógico de orientação dos habitantes do Caju quanto ao reconhecimento e esclarecimento de seus direitos, o que inclui orientar os moradores sobre qual órgão público é responsável por cada serviço prestado e quais os instrumentos que podem ser utilizados para exigir a garantia do direito que está sendo requerido.

Essa função da Rede, geralmente exercida durante as reuniões mensais ou mesmo por meio das redes sociais e telefone, demonstra a importância do acesso à informação e à instrução para a

4. Consequentemente, a representação negativa das favelas e periferias parece provocar uma tendência ao esquecimento desses territórios, provocando a invisibilidade de suas potências e desinteressando o poder público pela resolução de seus problemas.

5. Entrevista concedida em 25 de abril de 2019.

busca por justiça territorial. Acreditamos que a organização local e em rede, quando dispõe, em certa medida, de relações horizontais e de confiança, possui os instrumentos necessários ao cumprimento dessa tarefa – exercida normalmente pelas organizações dirigentes da Rede, a saber, CRAS XV de Maio e Fundação Gol de Letra (FGL). Embora os integrantes da própria Rede reconheçam ser necessário ampliar o nível de confiança e engajamento em relação à comunidade local, é possível identificar na entidade um nível razoável de colaboração e confiança na relação entre os membros da Rede.

Acreditamos também que a busca da Rede por justiça territorial envolve outras duas lutas que estão intimamente vinculadas à ideia de justiça: a redistribuição e o reconhecimento. E concordamos com Nancy Fraser quando afirma

(...) minha tese geral é que a justiça hoje requer ao mesmo tempo a redistribuição e o reconhecimento. Nenhuma se basta sozinha [...] O principal desafio consiste em teorizar as relações entre classes sociais e grupos estatutários, e entre distribuição iníqua e negação de reconhecimento, nas sociedades contemporâneas (FRASER apud GERVAIS-LAMBONY, p. 121)

Indicamos que as injustiças territoriais no bairro do Caju têm origem tanto na ausência de reconhecimento – à qual nos referimos quando mencionamos a estigmatização a que está submetido o Caju – como na distribuição desigual de renda. Referindo-se à questão distributiva, é nítido seu caráter injusto quando nos deparamos com um território marcado, por um lado, por intensa atividade econômica de natureza portuária e, de outro, com o baixo nível de renda e a condição de pobreza acentuada existem em algumas áreas do Caju. A tabela a seguir, produzida pelo Instituto Pereira Passos como parte do programa Rio+Social (vinculado às Unidades de Polícia Pacificadora), retrata bem os baixos níveis de renda verificados nas favelas do Caju.

Tabela 1 - Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita segundo as Comunidades na Região Administrativa Portuária (Caju) e Município do Rio de Janeiro – 2010

Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita segundo as Comunidades na UPP Caju, R.A. Portuária e Município do Rio de Janeiro-2010

Comunidade	Até 1/8 SM		Mais de 1/8 a 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 SM		Sem Rendimento ou Sem Informação	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Parque Alegria	1	0,2%	21	4,2%	100	19,8%	235	46,5%	122	24,2%	14	2,8%	12	2,4%
Parque Vitória	4	0,7%	60	10,8%	149	26,8%	202	36,4%	89	16,0%	10	1,8%	41	7,4%
Vila do Mexicano	2	2,2%	16	18,0%	26	29,2%	26	29,2%	13	14,6%	1	1,1%	5	5,6%
Parque Boa Esperança (RA - Portuária)	15	1,0%	91	5,8%	379	24,3%	720	46,2%	271	17,4%	46	3,0%	36	2,3%
Parque Conquista	3	0,6%	26	5,4%	111	23,1%	173	36,0%	96	20,0%	19	4,0%	53	11,0%
Parque São Sebastião	1	0,2%	30	7,2%	144	34,5%	132	31,7%	33	7,9%	1	0,2%	76	18,2%
Ladeira dos Funcionários	2	0,6%	35	10,8%	102	31,5%	99	30,6%	50	15,4%	13	4,0%	23	7,1%
Parque Nossa Senhora da Penha	2	0,5%	7	1,8%	69	18,0%	154	40,1%	108	28,1%	35	9,1%	9	2,3%
Quinta do Caju	0	0,0%	19	2,3%	116	14,3%	253	31,3%	169	20,9%	57	7,0%	196	24,2%
Total	30	0,6%	305	6,0%	1.196	23,3%	1.994	38,9%	951	18,6%	196	3,8%	451	8,8%
R.A. Portuária	0,7%		4,5%		17,7%		35,9%		24,3%		10,2%		6,7%	
Rio de Janeiro	0,5%		2,8%		10,8%		23,6%		23,7%		34,1%		4,3%	

Fonte: Dados do Censo Demográfico IBGE (2010)

Além disso, diante dos impactos socioambientais no Caju causados pelas atividades associadas direta ou indiretamente ao porto do Rio de Janeiro, a entidade frequentemente entra em contato com o poder público para cobrar contrapartidas sociais e econômicas, muitas vezes sem sucesso. É comum a Rede e outros atores do bairro solicitarem que as empresas que atuam naquele território empreguem os moradores do Caju em suas atividades ou que, ao menos, revertam parte de seu rendimento em financiamento de projetos de qualificação técnica e profissional. Também não é incomum o pedido que as empresas recebam jovens do bairro para trabalharem como jovem aprendiz. Entretanto, essas não são iniciativas muito comuns a uma elevada parcela de empresas atuantes no Caju.

Em vez disso, muitas empresas são acusadas pelos moradores do bairro de desrespeitarem medidas preventivas básicas quanto ao tráfego, ao meio ambiente e mesmo com relação aos direitos trabalhistas. Os principais exemplos são as carretas sujas que ficam simplesmente abandonadas nas ruas do bairro, causando sérios problemas de natureza social e ambiental para os residentes do Caju.

O estigma territorial imposto ao bairro e às suas favelas e a invisibilidade diante do poder público restringem a atuação dos atores envolvidos, limitando a articulação aos parceiros locais e a negociação de ações isoladas com órgãos públicos. Ainda assim, mesmo dentre os diferentes níveis de Estado, o único que busca algum diálogo mais frequente com a Rede é a prefeitura, ficando as demais esferas públicas quase sempre de fora. E mesmo o referido diálogo se dá quase que exclusivamente entre os atores do referido arranjo e a Superintendência do Centro, de maneira que o poder público municipal acaba promovendo apenas ações isoladas de acordo com as cobranças feitas oficialmente ou durante as reuniões mensais da Rede Intersetorial do Caju. Isto ilustra o que atualmente parece ser um dos grandes desafios para os atores envolvidos, qual seja, o desenvolvimento de uma relação mais fértil entre o poder público e as instituições locais da sociedade civil.

Os atores envolvidos no bairro do Caju e suas relações com a Rede Intersetorial

Para compreender a relação da Rede com os demais atores do Caju, elaboramos um quadro composto por grupos de atores e atores isolados. O intuito é identificar a qualidade da relação de cada ator ou conjunto de atores externos à Rede. Identificamos também atores que são neutros, ou seja, não dificultam e nem colaboram. Decidimos desconsiderar esses e outros atores por não enxergá-los como pertinentes à pesquisa. Ressaltamos que a tabela também indica se os referidos atores são internos (locais) ou externos (extralocais) ao Caju.

Optamos por elaborar um quadro que privilegia grupos de atores – embora possua também atores isolados – para fins de simplificação, pois o conjunto de instituições e organizações do bairro é demasiadamente extenso e suas atuações são complexas, o que exigiria um tempo de pesquisa maior (talvez uma pesquisa à parte). Não inserimos os centros de saúde porque as instituições desse tipo que encontramos (CMS FABL e IDT-UFRJ) já integram a Rede. Não conseguimos comprovar, caso exista, a relação da Rede com outros centros de saúde do bairro do Caju. Sobre as escolas públicas, a relação delas com a Rede varia bastante e depende do posicionamento da diretoria de cada escola. Em geral, identificamos que, quando existe relação entre a escola e a iniciativa local, ela é eficaz, possibilitando a cessão do espaço de algumas escolas para reuniões e atividades.

Quadro 1 – Atores envolvidos no Caju e sua relação com a Rede

Atores/grupos	Escala Local/Extralocal	De que forma interfere nas atuações da Rede?
Associações de Moradores	Local	Apesar da baixa frequência de algumas associações nas reuniões, ajudam na divulgação de atividades e dos serviços prestados. Mobilizam moradores para assembleias e ações solidárias
ONGs externas à Rede	Ambas	Buscam dialogar com a Rede. Prestam serviços à comunidade e, quando convidados, participam de mutirões solidários
Prefeitura (superint. Centro)	Extralocal	Reconhece e legitima a Rede. Embora presente nas reuniões ordinárias da Rede, a prefeitura não tem atendido a diversas reivindicações da Rede. Não parece haver interesse em criar uma política estrutural e continuada destinada ao Caju
Porto do Rio de Janeiro	Ambas	Faz do Caju uma área de sacrifício socioambiental. Os recursos obtidos raramente são convertidos em benefícios para o bairro. Baixo nível de colaboração das empresas portuárias com a Rede
Ecoponte	Extralocal	Alça da Ponte agrava vulnerabilidade socioambiental do Caju. Não apresentou E/A/RIMA à Rede.
Comlurb (Casa de Banho)	Extralocal	Para além dos problemas associados à limpeza e conservação urbanas, assumiu indevidamente a Casa de Banho, a qual permanece fechada. Baixo nível de diálogo com a Rede relacionado a esse assunto.
Poder Paralelo	Local	Autoritário. Promove relações clientelistas e abusivas a nível local. Corrompe instituições locais. Dificulta o diálogo das lideranças comunitárias com a Rede.
Polícia Militar	Extralocal	No período da UPP houve diálogo com a Rede. O diálogo foi reduzido após o fim da unidade. Promove discurso estigmatizante contra os moradores do bairro
Centros Religiosos	Local	Lideranças religiosas participam de algumas reuniões. Mobilizam a comunidade para assembleias, ações solidárias e mutirões em conjunto com a Rede. Entretanto, muitas dessas lideranças priorizam a atuação externa à Rede
Escolas Públicas	Local	Embora não estabeleçam um nível muito elevado de diálogo com a Rede, disponibilizam as estruturas das escolas para reuniões, assembleias e outras atividades da Rede

Fonte: Formulação própria

No caso da prefeitura, decidimos inserir o poder municipal em sua totalidade por dois motivos. Primeiro, porque a Superintendência do Centro tem uma relação volátil com a Rede. Entretanto, o principal motivo reside no fato de que muitas iniciativas projetadas a partir do diálogo entre a entidade e a Superintendência do Centro acabam sendo frustradas pela prefeitura quando as demandas são levadas às secretarias do poder municipal que, por sua vez, geralmente alegam falta de recursos ou de suporte técnico para atender ao que foi pedido. Aprofundaremos, adiante, a análise da relação entre o poder público municipal e a instituição, com ênfase na atuação da superintendência do centro.

À exceção das associações de moradores, integrantes da Rede Intersetorial não foram incluídos na tabela de atores – a não ser interiorizados em grupos de atores. Isto se explica porque escolhemos a Rede como a referência com a qual os demais atores, presentes na tabela e externos

à iniciativa, se relacionam. Tais atores integram uma rede política superior, da qual a articulação local participa como um ponto nodal.

A tabela busca identificar tendências a partir daquilo que foi vivenciado na pesquisa empírica – reuniões, assembleias, conversas com moradores e entrevistas com lideranças locais. Isto não significa que os grupos de atores selecionados possuem, necessariamente, uma forma homogênea de atuar no bairro ou se relacionar com a Rede. O que foi extraído são tendências observadas. Destacamos também que o assim chamado “poder paralelo” – termo o qual normalmente buscamos evitar – é majoritariamente composto pelo narcotráfico, embora alguns moradores tenham mencionado a presença de uma espécie de milícia na Quinta do Caju.

De forma geral, identificamos que as associações de moradores, as ONGs externas à instituição, as escolas públicas e os centros religiosos são tendencialmente benéficos e cooperam com as atuações da Rede de diversas formas. Cada um desses grupos de atores busca colaborar dentro de suas limitações. De forma geral, as ONGs oferecem seus recursos disponíveis (humanos, financeiros, entre outros) e o restante busca ajudar na divulgação das atividades da Rede e na mobilização da comunidade local.

As empresas ligadas ao porto, a Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), a Ecoponte, o poder paralelo e a Polícia Militar caracterizam-se por atuações tendencialmente prejudiciais às ações da Rede. Em geral, as empresas portuárias (transporte, armazenamento, etc.) não obedecem às normas ambientais e de trânsito, poluindo o bairro e estacionando carretas por dias nas vias do bairro. A Ecoponte, por sua vez, realiza a obra de construção da nova alça da ponte, com prejuízos socioambientais ao Caju – e sem a apresentação de estudo de impacto ambiental. A Comlurb é considerada prejudicial basicamente por ser a atual responsável pela administração da Casa de Banho Dom João VI, a qual permanece fechada há quase nove anos. Os atores envolvidos pedem que a gestão do espaço saia das mãos da companhia. A Polícia Militar exerce um papel de reforço à estigmatização das favelas do Caju, além de conduzir operações violentas nas favelas do bairro, resultando em violações de direitos. É importante ressaltar que acompanhamos apenas quatro reuniões da Rede com a presença de representantes da UPP Caju, tendo em vista que poucos meses após o início de nossa pesquisa empírica, a base da UPP Caju foi desativada e a Polícia Militar deixou de enviar representantes às reuniões ordinárias da instituição. Por esse motivo, uma análise mais aprofundada da relação entre a Polícia Militar e a Rede se tornou inviável.

O “poder paralelo” se apresenta como um obstáculo a qualquer ação que possa, em seu entendimento, prejudicar seus interesses locais. Conforme já mencionamos, o narcotráfico estabelece relações que são prejudiciais à Rede, principalmente porque esta representa um canal aberto de diálogo com o poder público e reivindica uma maior presença do Estado, na forma de políticas públicas, nas favelas do bairro. Como ficou expresso em diversas entrevistas, o narcotráfico se sente ameaçado pela possibilidade de a presença do Estado ser ampliada nos territórios de seu domínio. Em alguns casos, o diálogo das lideranças comunitárias com a Rede não é abertamente proibido, mas há um questionamento da legitimidade do espaço ocupado pela instituição. A relação resultante não parece ser a de ameaças e violência contra os membros da articulação, mas de constrangimento dos espaços ocupados por seus integrantes.

O caso da prefeitura é particular, tendo em vista que identificamos que, quando focamos no poder executivo municipal, o mesmo possui um papel prejudicial, embora haja diálogo da superintendência do centro com a iniciativa. Classificamos como ambígua a relação tendo em vista o diálogo e reconhecimento, mas identificamos que a atuação da prefeitura – por meio das secretarias e do núcleo executivo – tem um papel mais negativo do que positivo, embora a

superintendência, como já mencionamos, esteja presente em algumas atividades e faça mediações entre a Rede e outros atores

O poder público se manifesta no Caju a partir de diversas instituições. Tendo-se em vista que o vínculo efetivo e constante se dá com e a Superintendência do Centro – na figura do superintendente Pablo Mello e de seus subordinados – o foco desta análise se dá na relação entre a Rede e o poder público municipal.

De forma ampla, podemos considerar diversas instituições e órgãos quando nos referimos à atuação do poder municipal no Caju. Atuam no bairro a Companhia de Limpeza Urbana, o CRAS XV de Maio, o Centro Municipal de Saúde FABL, o Instituto Pereira Passos, além das escolas e creches municipais, dentre outros. Entretanto, considerando que grande parte das demandas é remetida ou exposta ao superintendente durante as reuniões ordinárias ou por canais oficiais de comunicação – e que a superintendência possui um papel de mediação no Caju – nossa crítica se debruça sobre a relação entre a Rede e a esfera executiva do poder municipal.

A Superintendência do Centro é um órgão administrativo territorial, possuindo equivalência com as subprefeituras. O superintendente (nomeado pelo prefeito) é responsável pela Região Administrativa I (RA1), que abarca a região central e a região portuária do município do Rio de Janeiro, o que inclui bairros da zona norte (como Benfica, São Cristóvão e o Caju).

O responsável pela Superintendência do Centro no período em que foi organizada a pesquisa de campo era Pablo Mello, ex-membro da Rede Intersetorial do Caju. Sua atuação permite uma aproximação mais estreita entre a superintendência e a Rede. A superintendência costuma se fazer representada nas reuniões ordinárias da entidade e, não raro, o próprio superintendente comparece às reuniões para acompanhá-las. Além disso, há estreita comunicação com a superintendência através das redes sociais e da telefonia móvel.

Essa situação, embora possibilite um contato mais próximo e acessível, também gera desentendimentos. Primeiro, porque muitos moradores e até algumas lideranças comunitárias, graças à presença de representantes da prefeitura, enxergam na Rede um mero canal de cobranças ao setor público, como se a Rede em si fosse um órgão da prefeitura. Segundo, essa presença do poder público municipal gera questionamentos por parte de alguns líderes de associações em relação à necessidade de a entidade fazer esse papel de interligação com o poder público municipal, já que as associações também buscam esse diálogo com a prefeitura. Os desentendimentos aqui mencionados foram relatados pelos assistentes da FGL e do CRAS XV de Maio nas respectivas entrevistas, conforme exposto nos trechos a seguir:

Há um sentimento de que as reuniões da Rede não geram mudanças. Há uma falta de entendimento do papel da Rede. Quando quebra um buraco na rua, eles cobram a Rede para resolver, e a gente fala que pra resolver isso tem que ligar pro 1746, aí eles dizem que se não é a Rede que resolve, não vale a pena pra eles virem pras reuniões.⁶

Além dos problemas já apresentados, a relação com a Superintendência do Centro parece resultar mais da proximidade pessoal do superintendente com o bairro do Caju do que expressão de uma movimentação estratégica da prefeitura do Rio de Janeiro. Não criou-se um vínculo estreito entre o poder público municipal e os atores locais como resultado de uma política permanente e continuada para o bairro do Caju.

O que foi possível verificar é a iniciativa autônoma de atores locais (alguns deles públicos e outros privados) em formar uma rede política territorial para ampliar seu capital político e buscar o

6. Entrevista concedida por João na sede da Fundação Gol de Letra em 14 de agosto de 2019.

diálogo com o poder público, especialmente com a prefeitura. O superintendente busca atuar como um mediador desse diálogo, mas encontra como obstáculo o desinteresse do poder público com relação à formulação de projetos para o bairro do Caju, tendo em vista as condições de estigmatização e invisibilidade encontradas no bairro. Esse foi um problema evidente durante as reuniões marcadas com secretários e demais representantes do executivo, quando demandas apresentadas por membros da Rede não foram atendidas. Quando muito, a resposta foi de promessas não cumpridas⁷.

Considerações Finais

Defendemos que, para aproveitar o potencial colaborativo da Rede para a produção de políticas públicas, o poder público deve buscar a elaboração de mecanismos que possibilitem a formação de processos organizativos capazes de envolver os atores públicos e privados no Caju, tendo como objetivo a eliminação das condições que produzem o cenário de injustiça territorial do bairro.

As redes políticas territoriais podem ser úteis quando o objetivo de alguns arranjos é qualificar a articulação entre atores locais e supralocais para eliminar ou mitigar condições de natureza opressiva nos territórios. A conexão entre os atores articulados produz uma sinergia capaz de potencializar seu capital político.

Assim, é possível o desenvolvimento de políticas públicas participativas locais no bairro do Caju com o objetivo de eliminar ou, ao menos, reduzir as condições de injustiça territorial do bairro. Para que isso ocorra, é necessária a condução, pelo poder público, de um conjunto de políticas integradas que possuam essa finalidade. É preciso também que o poder público reconheça a Rede como um nexo fundamental desse processo. A integração de atores locais com políticas públicas continuadas pode produzir resultados eficazes em relação ao desenvolvimento territorial local.

Em resumo, a Rede está inscrita em uma rede política territorial para além dela mesma, sendo o referido arranjo um nó e, ao mesmo tempo, uma rede política territorial em si mesma. O ponto nodal que essa articulação configura se apresenta como uma estratégia-rede que tem o objetivo de tensionar a rede política superior – na qual a Rede está inscrita – a pôr centralidade no bairro do Caju e em suas demandas para viabilizar a implementação de políticas capazes de superar as condições de injustiça que marcam o território. Assim, o arranjo político territorial em questão configura um nó inscrito em uma rede política que a engloba (MARCON & MOINET, 2001).

Entretanto, dificuldades com o poder paralelo e o desinteresse das empresas que atuam localmente e do poder público expõem limitações à iniciativa quanto à ampliação de seu capital político. Acreditamos que tais dificuldades políticas não serão plenamente sanadas sem a contribuição de atores supralocais, sendo necessário o envolvimento de instituições estatais no incentivo ao desenvolvimento de um modo organizativo que considere os atores locais sem tirar a responsabilidade do poder público.

O desenvolvimento de modos organizativos eficazes depende da articulação das diversas esferas do poder público (federal, estadual e municipal), sem perder de vista o poder municipal como implementador legítimo das políticas públicas urbanas. Como dissemos, a Rede pode ser a chave

7. Um exemplo dessas reuniões frustradas com representantes do poder executivo municipal foi o encontro entre representantes da Rede e o então secretário de meio ambiente, na sede da prefeitura. Na ocasião, foi apresentada a demanda de contrapartida social da obra de construção da Alça da Ponte, além do pedido de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A resposta dada pelo secretário foi de que a obra não obrigava a prefeitura a requerer EIA/RIMA por parte da Ecofonte. Ainda foi oferecido o plantio de árvores no Caju, o qual, até 2020 não havia sido cumprido pela prefeitura.

desse novo modo organizativo. Reafirmamos o nosso entendimento de que o horizonte ético desse processo deve ser o da justiça territorial.

Referências

- ALVES, Eliane Baptista. (2007) *O Bairro do Caju*. a construção de uma periferia empobrecida. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em geografia, UERJ, Rio de Janeiro, RJ.
- DIKEÇ, M. L'espace, le politique et l'injustice. (2013) In: Fol, S. et al. (Dir.). *Segregation et justice spatiale*. Paris: PUPPO.
- FRASER, N. (2005) *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*. Paris: La Découverte.
- GERVAIS-LAMBONY, Philippe. (2017) A justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa. In: ALVES, Glória, CARLOS, Ana Fani, PADUA, Rafael (orgs). *Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. São Paulo: Contexto.
- HARVEY, David. (1980) *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec.
- LÉVY, Jacques. (2003) Justice spatiale. In: Lévy, J.; Lussault, M. (Dir.) *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.
- LIMA, Ivaldo. (2005) *Redes Políticas Territoriais e Recomposição do Território*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF.
- _____. (2015) A complexidade da justiça territorial. *Ensaio de Geografia. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*, vol.4, n.7. Niterói: pp. 50-70.
- MARCON Christian, MOINET, Nicolas. (2001) *Estratégia-Rede*. Caxias do Sul: EducS.
- PAULILLO, L. (2000) *Redes de poder e territórios produtivos*. São Carlos: RIMA/UFSCAR.
- PCRJ. (2014) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Rio+Social. *Panorama dos Territórios*: UPP Caju 09/2014. Rio de Janeiro: IPP, set./2014. Documento digital.
- RIVAS, Daniel Santana. (2012) *Explorando algunas trayectorias recientes de la justicia en la geografía humana contemporánea*: de la justicia territorial a las justicias espaciales. Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía, vol.21, n.2, julio-diciembre del 2012.
- SCHNEIDER, Volker. (2005) Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas*. Revista de Ciências Sociais, vol.05. Nº1, jan.-jun.2005.
- SEN, Amartya. (2010) *A Ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da; SANTOS, Arthur Pereira; NASCIMENTO, Luciano Bomfim. (2011) Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In; SILVA, Carlos Alberto Franco da (org). *Redes Políticas Territoriais*: estratégias, conflitos e violência. Rio de Janeiro: Livre Expressão, pg. 15-34.
- SOJA, Edward. (2010) *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: Minnesota University.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. (1995) *O território*: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et alii (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- YOUNG, Iris Marion. (2009) Five faces of oppression. In: HENDERSON, George; WATERSTONE, Marvin (Ed.). *Geographic thought*: a praxis perspective. London; New York: Routledge. Cap. 4. p. 55-71.
- WACQUANT, Löic. (2006) *A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada*. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, vol.XI, Porto.